*Artigo

REDUÇÃO DE TRIBUTOS

Em tempos de crise o empresário se vê sufocado com redução das entradas e aumento das despesas, especialmente os tributos. Para amenizar os efeitos de uma crise é necessário rever os gastos e procurar soluções para diminuir o impacto dos tributos na contabilidade das empresas, mas COMO REDUZIR TRIBUTOS DENTRO DA LEGALIDADE.

Como é muito comum, somente grandes empresas possuem um assessoramento para reduzir o impacto tributário nas suas atividades. Notadamente nosso país se constitui, em sua maior parte, de pequenas empresas ou de empresários individuais.

No entanto, poucos são os empresários levam a sério o planejamento tributário, principalmente, o pequeno ou médio empresário.

Segundo alguns estudos, só em 2015, a Carga Tributária Bruta atingiu 32,66% e as empresas pagam até 34% de tributos sobre o lucro. Somente o ônus do IR e da CSSL das empresas alcança 51,51% do lucro apurado.

Portanto, o planejamento tributário objetiva a economia legal do recolhimento ao fisco, de modo:

A.Evitar a incidência do fato gerador do tributo;

B.Reduzir o montante do tributo, sua alíquota ou reduzir a base de cálculo do tributo; e

C.Retardar ou postergar o pagamento.

Assim, imprescindível a adoção de um sistema de economia legal ou elisão fiscal que se dá pelo planejamento tributário. Há duas espécies de elisão fiscal a decorrente de lei e a que resulta de lacunas da lei.

No caso da elisão decorrente da lei, o próprio dispositivo legal permite a economia de tributos, pela vontade consciente do legislador em conceder benefício fiscal.

Dentre os meios pode-se indicar 05:

1.Regime de Tributação: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real;

2.Restituição ou compensação de Crédito, ou até mesmo exoneração de pagamento: Reconhecido ilegal ou irregular a cobrança, seja nas alíquotas ou na base de cálculo; Ou também, a inconstitucionalidade ou ilegalidade na cobrança.

3.Redução do FAP: FAP é um índice aplicado a Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa relacionado aos Riscos Ambientais do Trabalho, variável conforme número de ocorrências e tipo de atividade.

4.Incentivos Fiscais: reduções ou isenções dos tributos municipais, como o ISS ou o IPTU, que dependem do local que se estabelece a empresa. Há também, incentivos que decorrem da atividade desenvolvida pela empresa.

5.Identificação na CNAE: A correta identificação da atividade na CNAE, implica em perder incentivos, pode, ainda, incorrer em recolhimentos de outros tributos desnecessários.

Dessa forma, é natural e salutar que os empresários, especialmente no campo do direito tributário, utilizem-se de todas as "lacunas" da legislação para reduzir a carga tributária. Nota-se que é de suma importância o conhecimento dos princípios constitucionais tributários, assim como do nascimento e formação da relação jurídico-tributário, já que protegem e asseguram o contribuinte contra a invasão patrimonial arbitraria do Fisco.

Assim, resta inequívoco que há meios lícitos e legais de reduzir tributos para minimizar os efeitos de períodos de crise. Não é demais ressaltar que um Assessoramento na área por profissional experiente auxiliará sobremaneira nesse planejamento.

Wilker Christi Corrêa - Advogado e Administrador Judicial.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Bengala ultrassônica para cegos

Alunos do ensino técnico do Senai de Várzea Grande criaram uma bengala ultrassônica para cegos. O equipamento, que deve virar um protótipo, irá alertar os deficientes visuais sobre obstáculos na rua. A ideia foi apresentada na 13ª Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A bengala ultrassônica - que funciona com o auxílio de um celular e um fone de ouvido - foi desenvolvida pelos alunos do curso técnico de eletrotécnica Cleiton Amaro dos Santos, Felipe Dias e João Paulo Francisco de Oliveira e pela aluna de logística Mariana Cristina Bispo da Silva. A ideia dos jovens foi concebida em um evento interno da escola, onde a missão era pensar em uma alguma inovação que pudesse melhorar a vida de pessoas deficientes ou com algum tipo de problema médico. Felipe Dias explicou que o projeto consiste em equipar uma bengala comum com um sensor ultrassônico, que captura a distância entre objetos, um ardoino, que irá processar a informação do objeto se aproximando e mandará um sinal de vibração para o aparelho celular utilizado pelo cego. Com o fone de ouvido, ele saberá a distância que está do obstáculo.

Adiado

O Ministério da Educação (MEC) decidiu adiar o Enem em 304 locais de provas devido às ocupações de escolas, institutos e universidades federais. Paraná, com 74 ocupações, e Minas Gerais, com 59, têm o maior número de locais de provas ocupados. O adiamento atingirá 191.494 candidatos, que farão as provas nos dias 3 e 4 de dezembro.

Lamentável

"O Inep lamenta profundamente a ansiedade que esses jovens manterão esperando mais um período para realizar a prova", disse a presidente da autarquia, Maria Inês Fini. Segundo ela, os estudantes que fazem parte das ocupações têm direito a se manifestar, mas também é preciso garantir o direito de ir e vir e de ter aulas dos demais estudantes.

Preparativos

A prova aplicada em dezembro terá o mesmo modelo e nível de dificuldade do Enem deste fim de semana, segundo o Inep, mas com questões diferentes. O Enem custa para o governo R$ 90 para os estudantes isentos de taxa de inscrição e R$ 72 para aqueles que pagaram. O custo de cada prova adiada deverá ser de cerca de 70% desse total.

Ocupações

As ocupações ocorrem em diversos estados do país. Estudantes têm buscado pressionar o governo por meio de ocupações de escolas, universidades, institutos federais e outros locais. Segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE), até segunda era 134 campi universitários e mais de 1 mil escolas e institutos federais estavam ocupados.

*Bastidores da Política

Privatização

Vislumbrando uma oportunidade única para melhorar e universalizar os serviços de água e esgoto, num cenário de crise fiscal, cada vez mais os municípios estão investindo na privatização do sistema de água e esgoto. Hoje, mais da metade dos municípios brasileiros (58% do total ou 3.238 cidades) não têm coleta nem tratamento de esgoto.

Barra do Bugres

Engrossando esta lista, o município de Barra do Bugres lançou nesta semana um Aviso de Licitação Concorrência Pública nº 002/2016, com o objetivo de conceder a iniciativa privada a concessão dos serviços de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário da cidade. A concessão será pelo período de 30 anos.

Inviabilidade

Para tomar esta decisão, o prefeito Júlio Florindo afirmou que a inviabilidade técnica e econômica de garantir sistemas alternativos públicos de distribuição de água na cidade foram cruciais. "O Serviço prestado pela prefeitura, apesar de muitos esforços e dedicação do pessoal envolvido, sempre foi insuficiente ao atendimento".

Licitação

A licitação ocorrerá no dia 14 de dezembro, na modalidade de Concorrência Pública, do tipo "melhor técnica combinada com menor valor da Tarifa do Serviço", objetivando a contratação de empresa para concessão, em caráter de exclusividade, da gestão integrada dos sistemas no perímetro urbano do Município de Barra do Bugres.

Problemas

Essa inviabilização técnica pode ser sentida recentemente pelos moradores daquele município, que passaram alguns dias sem água nas torneiras. Indignados, os moradores promoveram protestos em frente ao DAE, em busca de solução. A justificativa, na ocasião, foi que a bomba havia queimado e a reserva também tinha dado problema.

Salários escalonados

Pelo segundo mês consecutivo, o governo de Mato Grosso anunciou que vai pagar os salários dos servidores de forma escalonada. Os funcionários públicos que têm remuneração líquida de até R$ 3 mil receberam na segunda-feira, 31 de outubro. Os demais, deverão ter o salário pago até o dia 10 de novembro.

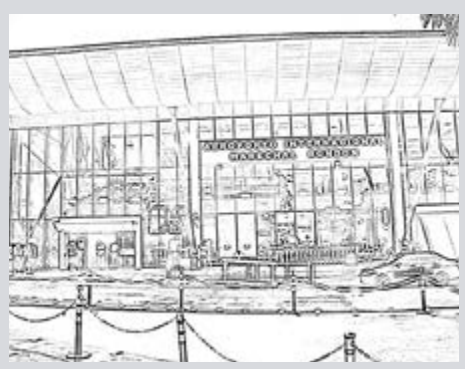
Crise

Em comunicado, o governo alegou, assim como fez no mês passado, que a medida é por causa da crise financeira que afeta o país. Segundo o estado, o pagamento poderá ser antecipado caso haja repasse por parte do governo federal. A crise fez com que 21 estados atrasassem, parcelassem ou mudassem a data de pagamento dos servidores.

R$ 750 milhões

Os repasses legais, como Fundo de Participação dos Estados, SUS e IPI, e os convênios, como saúde, educação e demais, que deixaram de ser pagos a Mato Grosso neste ano somam mais de R$ 750 milhões. A União chegou a anunciar, neste mês, que iria liberar R$ 400 milhões, mas isso ainda não ocorreu.

Governo suspende contrato de R$ 83 milhões



A Secretaria de Estado de Cidades suspendeu, por 70 dias, o contrato com o Consórcio Marechal Rondon, responsável pelas obra do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande. Segundo o termo, o consórcio não cumpriu o cronograma determinado no Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) firmado com o Estado e o Tribunal de Contas de Mato Grosso. O acordo, assinado em fevereiro deste ano, previa a entrega da obra para o último dia 20 de outubro. Orçadas em R$ 83,9 milhões, as obras no Aeroporto Marechal Rondon foram iniciadas em dezembro de 2012 e deveria ter sido entregue à população antes da Copa do Mundo. Agora, com a suspensão, o secretário de Cidades, Eduardo Chilleto, irá se reunião, nesta sexta-feira, com a Infraero para decidir os novos rumos do contrato.